

# **Escravidão e resistência em Matanzas: trabalho, direitos e raça na crise do cativeiro em Cuba, 1868-1886**

**Slavery and Resistance in Matanzas: Labor, Rights, and Race in the  
Crisis of Slavery in Cuba, 1868-1886**

**Marcelo Rosanova Ferraro\***

**Resumo:** O artigo investiga as experiências de resistência dos trabalhadores escravizados e patrocinados nos engenhos de açúcar da província de Matanzas, na região ocidental de Cuba, entre as décadas de 1820 e 1880 — com destaque para o período da crise da escravidão, entre 1868 e 1886. Um dos objetivos da pesquisa é analisar as estratégias e os repertórios de resistência dos trabalhadores durante as décadas de 1870 e 1880, em contraste com as experiências de seus antecessores africanos na primeira metade do século. Em segundo lugar, a investigação pretende avançar na discussão sobre o papel da resistência dos escravizados no processo de abolição em Cuba. Enquanto a maioria dos estudos privilegiou as ações desses sujeitos nas províncias do Oriente, esta pesquisa deu visibilidade às lutas ocorridas no principal enclave da escravidão na região ocidental. A investigação revelou ainda que os escravizados e patrocinados estabeleceram precedentes para a luta dos trabalhadores rurais por direitos laborais no pós-abolição. Por fim, o artigo propõe uma periodização de três fases da resistência escrava em Matanzas, entre 1825 e 1886, assim como sua intersecção com as temporalidades da resistência negra em Cuba entre 1790 e 1912, durante o longo século XIX.

**Palavras-chave:** escravidão; resistência; Cuba.

**Abstract:** The article investigates the resistance of enslaved workers and *patrocinados* (apprentices) on the sugar mills of the province of Matanzas, in Western Cuba, between the 1820s and 1880s — focused on the crisis of slavery between 1868 and 1886. One of the objectives of this research is to analyze the strategies and repertoires of resistance of the

\* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: marcelo.ferraro@unirio.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6251-1565>.

enslaved during the 1870s and 1880s, in contrast with their African antecessors from the first half of the century. Second, this investigation contributes to discussions about the role of slave resistance to the abolition of slavery in Cuba. While most studies focused on the agency of enslaved people in the Eastern provinces, this research shed light on struggles that took place in the most important plantation enclave in the Western region. This investigation also revealed that enslaved people and *patrocinados* established precedents for the struggle of rural workers for labor rights in post-emancipation Cuba. Finally, the article presents a periodization of three phases of slave resistance in Matanzas between 1825 and 1886, and its intersection with the temporalities of Black resistance in Cuba between 1790 and 1912, during the long 19<sup>th</sup> century.

**Keywords:** Slavery; Resistance; Cuba.

## I. Introdução

**N**O DIA 1 DE FEVEREIRO DE 1879, Bernardino Criollo foi castigado pelas faltas cometidas durante o corte da cana no engenho Alcancía, localizado na província de Matanzas. A punição de praxe aos trabalhadores escravizados eram os açoites, mas como eles haviam sido proibidos em Cuba, Bernardino foi colocado no tronco e encarcerado na prisão da propriedade. Assim que soube do ocorrido, seu parceiro Guillermo Criollo interveio em seu favor. Contrariados, o boieiro e o feitor Pedro Acosta decidiram prendê-lo. Foi quando Guilhermo sacou o seu facão e conclamou seus parceiros a se unirem a ele. Casemiro Criollo atendeu ao chamado, mas os demais trabalhadores o ignoraram. Em menor número e sem armas de fogo, Guillermo e Casemiro foram rendidos e enviados à prisão de Cardenas. Em seu depoimento, Guillermo contou que havia sido comprado havia apenas dois meses. Durante esse período, trabalhou como condutor da carreta de cana e capataz de uma quadrilha de 45 trabalhadores, sem ter cometido uma falta sequer. Por essa razão, sentiu-se no direito de reclamar por seu parceiro. As autoridades discordaram. Diante do mau exemplo que deram e do risco de desordem, Guilhermo e Casemiro foram condenados a oito dias de correção no Depósito Municipal de Cimarrones. No dia 17 de fevereiro, foram devolvidos ao feitor e retornaram aos trabalhos no engenho Alcancía.<sup>1</sup>

Os fatos aconteceram em um ano de crise, durante o breve interlúdio entre a assinatura do Pacto de Zanjón, que encerrou a Guerra dos Dez Anos (1868-1878), e o início da Guerra Chiquita (1879-1880), que seria deflagrada por setores radicalizados e predominantemente negros do movimento pela abolição e pela independência de Cuba. Nesse mesmo período, no Parlamento espanhol tramitava o projeto da Lei do Patronato, que estabeleceu um regime de transição entre o cativeiro e o trabalho livre a partir de

1 “Sumario...Ingenio Alcancía” 1 a 17/2/1879. (n. 9). Fondo Gobierno Provincial (GP). Legajo 11 (Sublevaciones), 1851-1889. Archivo Histórico Provincial de Matanzas (AHPM). As demais notas sobre fontes primárias utilizam as abreviações e siglas em parênteses.

fevereiro de 1880. Assim, 1879 foi o ano-chave da crise da escravidão em Cuba. Mas, em uma primeira análise, não houve relação direta entre os acontecimentos do engenho Alcancía e os grandes eventos que levaram à emancipação gradual na ilha, salvo a coincidência temporal. Este artigo argumenta o contrário.

As ações de Guillermo e Casemiro não foram um fato isolado. Eles se somaram a dezenas de trabalhadores afro-cubanos que confrontaram seus feitores, administradores e as forças armadas nos engenhos de Matanzas nas últimas décadas do cativeiro em Cuba, especialmente entre os anos críticos de 1879 a 1881. A análise quantitativa do ocorrido revela ainda que o caso envolveu percepções conflitantes sobre as condições de trabalho e os castigos nos engenhos. Um detalhe merece atenção. Diante das autoridades, Guillermo Criollo não apenas insistiu na legitimidade de seus atos, mas declarou-se no direito de reclamar em nome de seu parceiro. O vocábulo não foi fortuito. O reconhecimento de direitos precários dos sujeitos cativos era uma longa tradição do direito escravista hispano-cubano, reforçado pela promulgação da Lei Moret em julho de 1870. Ao contestar os castigos, Guilhermo se valeu da linguagem dos direitos. Diante da negativa e da ameaça do boieiro e do feitor, pegou em armas e convidou seus parceiros a disputarem com seus escravizadores o seu próprio sentido de justiça.

Este artigo investiga as experiências de resistência dos trabalhadores escravizados e patrocinados nos engenhos da província de Matanzas entre as décadas de 1820 e 1880, com destaque para os anos entre 1868 e 1886. Um dos objetivos da pesquisa é analisar as estratégias e os repertórios de resistência mobilizados pelos trabalhadores durante a crise da escravidão, em contraste com as experiências de seus antecessores africanos na primeira metade do século. Em segundo lugar, a investigação pretende reavaliar o papel da resistência escrava no processo de abolição em Cuba. Enquanto a maioria dos estudos privilegiou as ações desses sujeitos no Oriente, onde a luta pela abolição se articulou às batalhas pela independência da ilha, esta pesquisa deu visibilidade às lutas ocorridas no principal enclave da escravidão na região ocidental. A análise dessas experiências revelou ainda que os escravizados e patrocinados instituíram repertórios de resistência com protestos e paralisações dos trabalhos que estabeleceram precedentes para os movimentos dos trabalhadores rurais por direitos laborais no pós-abolição. Por fim, o artigo propõe uma periodização das fases da resistência escrava em Matanzas entre 1825 e 1886, assim como sua intersecção com o movimento mais amplo da resistência negra em Cuba entre 1790 e 1912.

Nesse sentido, o artigo se insere em dois campos de pesquisa: os estudos sobre a resistência escrava e a historiografia da abolição em Cuba. Os historiadores que investigaram a resistência dos escravizados privilegiaram as grandes revoltas ocorridas na região ocidental da ilha na primeira metade do século XIX. Os estudos pioneiros de Jose Luciano Franco e *Pedro Deschamps Chapeaux* confrontaram os mitos espanhóis sobre a escravidão benevolente e a passividade dos escravizados ao revelarem uma

série de rebeliões negras em Cuba. A historiadora Gloria García Rodriguez estabeleceu uma periodização paradigmática ao classificar o período entre 1790 e 1845 como um ciclo unificado de resistência. Manuel Barcia divergiu ao diferenciar uma primeira fase de movimentos liderados por homens livres de cor, como as Rebeliões de Aponte, de 1812, de um segundo ciclo de revoltas africanas ocorridas nas províncias ocidentais, inaugurado pela Revolta de Guamacaro de 1825 e encerrado com a repressão à Conspiração de La Escalera em 1844. Apesar dessa distinção, Matt Childs destacou o papel das alianças entre homens livres de cor e escravizados na conspiração de Aponte. Essa particularidade do regime racial hispano-cubano instituiu uma ameaça permanente à escravidão e ao domínio espanhol na ilha, e explica a brutalidade da repressão durante La Escalera. O tema foi objeto da obra de Robert Paquette, revisitado por Aisha Finch, que enfatizou as raízes africanas das conspirações e revoltas ocorridas em Matanzas nos anos 1840, e pelo estudo de Michelle Reid-Vazquez, que argumentou que os homens livres de cor foram o principal alvo do expurgo racial de 1844.<sup>2</sup>

A despeito das divergências entre os especialistas, há um relativo consenso sobre a mudança nos padrões de resistência após o massacre de La Escalera. O número de conspirações e revoltas declinou em toda a ilha, entre 1845 e meados da década de 1860, dando lugar a outros repertórios de luta. Historiadores como Michelle Reid-Vazquez atribuíram esse fenômeno ao terrorismo de Estado implementado pela Espanha, enquanto outros apontam mudanças demográficas e culturais entre as causas. Alejandro de la Fuente defende que o *Reglamento de Esclavos* de 1842 estabeleceu um marco de virada ao estabelecer direitos e deveres entre senhores e escravizados, encorajando novas formas de resolução de conflitos por meio da intervenção do Estado. Essa foi de fato uma característica do direito escravista hispano-cubano, como argumentou o historiador Waldomiro Lourenço da Silva Junior. Gloria García Rodriguez e Manuel Barcia também apontaram para o predomínio de formas de resistência passiva, como as fugas e paralisações nos trabalhos na segunda metade do século XIX. Essa hipótese foi reforçada pela obra de Rebecca Scott e pelos estudos de Imilcy Balboa Navarro, Aline Helg,

2 FRANCO, José Luciano. *La Conspiración de Aponte, 1812*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2006. CHAPEAUX, Pedro Deschamps. *Sublevación de Esclavos en Cuba, 1533-1880*. San Juan: Ediciones Puerto, 2013. GARCÍA RODRÍGUEZ, Gloria. Vertebrando La Resistencia: La Lucha de los Negros contra el Sistema Esclavista, 1790-1845. In: GONZÁLEZ-RIPOLL NAVARRO, Ma. Dolores. *El Rumor de Haití en Cuba*: Temor, Raza y Rebeldía, 1789-1844. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004. p. 233-320. BARCIA PAZ, Manuel. *Seeds of Insurrection*: Domination and Resistance on Western Cuban Plantations, 1808-1848. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008. BARCIA PAZ, Manuel. *The Great African Slave Revolt of 1825*: Cuba and the Fight for Freedom in Matanzas. Louisiana State University Press, 2012. CHILDS, Matt. *The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the Struggle Against Atlantic Slavery*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006. PAQUETTE, Robert. *Sugar Is Made with Blood*: The Conspiracy of La Escalera and the Conflict Between Empires over Slavery in Cuba. Middletown: Wesleyan University Press, 1988. FINCH, Aisha. *Rethinking Slave Rebellion in Cuba*: La Escalera and the Insurgencies of 1841-1844. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2015. REID-VAZQUEZ, Michele. *The Year of the Lash*: Free People of Color in Cuba and the Nineteenth-Century Atlantic World. Athens: University of Georgia Press, 2011. Ver ainda: FINCH, Aisha; RUSHING, Fannie. *Breaking the Chains, Forging the Nation*: The Afro-Cuban Fight for Freedom and Equality, 1812-1912. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2019.

Ada Ferrer e Iacy Mata sobre os movimentos que levaram à abolição da escravidão e à independência de Cuba. Em comum, esses historiadores e historiadoras revelaram uma nova era da resistência escrava na segunda metade do século XIX.<sup>3</sup>

Rebecca Scott foi responsável por estabelecer pontes entre os estudos da resistência escrava e da abolição. A historiadora se contrapôs às interpretações que atribuíram a emancipação a causas econômicas. Ao mesmo tempo, ela contestou o paradigma estabelecido por Arthur Corwin, segundo o qual a abolição foi conduzida por autoridades espanholas pressionadas pela opinião pública internacional e pelos movimentos independentistas de Cuba, sem qualquer protagonismo dos escravizados. Embora reconheça o caráter gradual da emancipação cubana, conduzida pelo Parlamento espanhol, Scott argumenta que a ação de insurgentes, escravizados e patrocinados contribuiu para a intensificação da crise da escravidão e para a promulgação das leis que anteciparam o fim do cativeiro. Historiadores cubanos como Imilcy Balboa Navarro avançaram no estudo sobre a resistência dos trabalhadores na crise do cativeiro e no pós-abolição em Cuba. Por sua vez, Aline Helg e Iacy Mata destacaram o papel dos homens livres de cor e da construção de uma identidade racial que contemplava todas as pessoas de ascendência africana, inclusive escravizadas, durante as lutas pela abolição e pela independência da ilha entre 1868 e 1898. Embora as historiadoras mencionem episódios de resistência ocorridos em Matanzas, a maioria dos seus estudos privilegiaram o protagonismo negro no Oriente.<sup>4</sup>

Este artigo pretende contribuir com os debates historiográficos que interseccionam a resistência escrava e abolição a partir da investigação das fontes do Arquivo Histórico Provincial de Matanzas, que revelaram um movimento coordenado de insurgência dos trabalhadores escravizados e patrocinados durante os últimos anos do cativeiro em Cuba. O artigo está organizado em duas partes. A primeira revisita as conspirações e revoltas negras ocorridas entre 1790 e 1844, com destaque para as rebeliões africanas em Matanzas entre 1825 e 1844, em contraste com a relativa estabilidade que marcou o período de 1845 a

3 REID-VAZQUEZ, op. cit. DE LA FUENTE, Alejandro. Slaves and the Creation of Legal Rights in Cuba: Coartación and Papel. **Hispanic American Historical Review**, Los Angeles, v. 87, n. 4, p. 659-692, 2007. SILVA JUNIOR, Waldomiro Lourenço da. **Entre a escrita e a prática: direito e escravidão no Brasil e em Cuba, c. 1760-1871**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. SCOTT, Rebecca. **Slave Emancipation in Cuba: The Transition to Free Labor, 1860-1899**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1985. BALBOA NAVARRO, Imilcy. Protesta Rural e Independencia Nacional. En *La Turbulencia del Reposo Cuba 1878-1895. Editorial de Ciencias Sociales*, La Habana, pp. 200-271, 1998. BALBOA NAVARRO, Imilcy. *El Camino a la Libertad. Los Patrocinados en las Áreas Rurales. Cuba 1878-1886. Espace Caribes Amériques*, París, Université des Antilles-Guyane, 2000. HELG, Aline. Os afro-cubanos, protagonistas silenciados da história cubana. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, 8 (1): p. 29-51, 2014. FERRER, Ada. **Insurgent Cuba: Race, Nation, and Revolution, 1868-1898**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999. MATA, Iacy Maia. **Conspirações da raça de cor: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881)**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

4 SCOTT, op. cit. CORWIN, Arthur. **Spain and the Abolition of Slavery in Cuba, 1817-1886**. Austin: University of Texas Press, 1967. CEPERO BONILLA, Raúl. **Azúcar y Abolición**. Havana: Editorial Cenbit, 1948. PIQUERAS, Jose Antonio. **Azucar Y Esclavitud En El Final Del Trabajo Forzado: Homenaje a M. Moreno Fraginals**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2002. BALBOA NAVARRO, op. cit., 1998. BALBOA NAVARRO, op. cit., 2000. HELG, op. cit., 2014. MATA, op. cit. Ver ainda: RUSHING, Fannie. Resistance, "Race", and Place in Cuba during the Transition of Empires, 1787-1908. In: FINCH; RUSHING, op. cit., p. 223-247.

1867. A segunda parte revela como o protesto de Guillermo Criollo foi parte de uma nova onda de resistência que varreu Matanzas entre os anos de 1868 e 1886, e que contribuiu para acelerar a crise da escravidão e o processo de emancipação em Cuba. A conclusão sintetiza os dados e hipóteses e propõe uma periodização da resistência escrava em Matanzas e sua sobreposição pelas temporalidades da resistência negra em Cuba durante o longo século XIX.

## II. A resistência negra em Cuba na Era das Revoluções

A HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO e da resistência em Cuba se cruza com a história do Haiti. A Era das Revoluções inaugurou as primeiras emancipações nas Américas, a começar pela Revolução de Saint Domingue, ao mesmo tempo em que instituiu um novo tempo do cativeiro em Cuba, assim como no Brasil e nos Estados Unidos. A escravização de africanos teve um papel secundário na ilha durante os primeiros séculos de colonização espanhola. Isso se alterou a partir da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Durante a ocupação de Havana, os britânicos introduziram milhares de africanos escravizados, e essa tendência foi mantida após a devolução do território à Espanha. As reformas implementadas pela monarquia Bourbon incentivaram o tráfico transatlântico para o Caribe espanhol e a implementaram uma economia de *plantation* em Cuba. Mas foi o início da revolução dos escravizados de Saint Domingue, em 1791, que selou o destino da ilha. A colônia francesa era a maior produtora mundial de açúcar e, em segundo grau, de café e algodão. Se por um lado a revolução revelou os riscos do empreendimento escravista no Caribe, a queda na oferta dessas *commodities* fez seus preços subirem vertiginosamente no mercado mundial. As autoridades espanholas e os fazendeiros hispano-cubanos fizeram suas apostas. Quando os revolucionários negros declararam a independência do Haiti, em 1804, Cuba já despontava como sua sucessora escravista no mercado mundial.<sup>5</sup>

### *As revoluções atlânticas e a resistência negra em Cuba (1790-1812)*

A aposta teve um preço. A Revolução de Saint Domingue levou à migração de fazendeiros e trabalhadores escravizados para o Oriente de Cuba, ao mesmo tempo em que as notícias da revolução negra circularam por toda a ilha. Não tardou para que a população cativa da colônia espanhola se inspirasse em seus vizinhos e dessem início a uma série de conspirações e rebeliões naquela década, como a revolta de Puerto Príncipe em 1795. As autoridades espanholas implementaram políticas repressivas contra a insubordinação

5 Sobre as revoluções do Haiti e a escravidão em Cuba, ver: FERRER, Ada. **Freedom's Mirror: Cuba and Haiti in the Age of Revolution**. New York: Cambridge University Press, 2014. Sobre o avanço da escravidão em Cuba na Era das Revoluções, ver o conceito da *Segunda Escravidão* em: TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão**: trabalho capital e economia mundial. São Paulo: Edusp, 2011.

escrava, submetendo rebeldes a tribunais militares. Ao mesmo tempo, as pessoas livres de cor passaram a ser estigmatizadas pela Coroa, e reagiram com movimentos insurgentes como a Conspiração de Morales de 1795. O colonialismo espanhol tradicionalmente reconhecia a prática da alforria e assimilava os egressos do cativeiro como membros subalternos da população livre, oferecendo oportunidades como o ingresso nas milícias de pardos e morenos. Contudo, os conflitos entre brancos e negros livres que precederam a revolução escrava em Saint Domingue convenceram as autoridades espanholas a restringirem as prerrogativas desse setor da população em suas colônias.<sup>6</sup>

O quadro se agravou durante os debates nas Cortes de Cádiz entre 1810 e 1812. Após a invasão das tropas napoleônicas e a prisão do rei Fernando VII, liberais espanhóis viram uma oportunidade para instituir um regime constitucional na Espanha, convocando a eleição de representantes de todo o Império. Nos debates sobre os critérios para a cidadania, a maioria dos deputados hispano-americanos argumentaram pela inclusão das castas (populações livres de ascendência africana), de modo a ampliar a representatividade de seus territórios no Parlamento. No entanto, prevaleceu o entendimento dos deputados espanhóis e hispano-cubanos que votaram pela exclusão dos afrodescendentes. A decisão contribuiu para o agravamento das dissidências entre a elite criolla e os reinóis, e ofereceu combustível para as guerras de independência na América continental. Ao mesmo tempo, a exclusão dos direitos de cidadania convenceu parte da população livre de cor a se insurgir em Cuba. Em 1812, membros das milícias de cor liderados por Jose Antonio Aponte organizaram uma conspiração envolvendo a população escravizada a fim de conquistarem as fortalezas de Havana e colocarem um fim à escravidão e ao domínio da Espanha. Após o fracasso dos primeiros levantes dos escravizados, a conspiração foi descoberta e Aponte e os demais líderes foram presos, julgados e condenados à morte.<sup>7</sup>

As Rebellões de Aponte marcaram o auge de um primeiro ciclo de conspirações e revoltas negras em Cuba. Esses movimentos se inseriram no contexto do Atlântico revolucionário. Durante as investigações sobre a conspiração, as autoridades descobriram um livro de pinturas utilizado pelos rebeldes, que continha imagens de líderes como George Washington, Toussaint Louverture e Jean-Jacques Dessalines. Nesse sentido, homens livres de cor e escravizados se inspiraram nas revoluções atlânticas para construírem seus repertórios de resistência, com destaque para as ideologias que sustentaram as guerras de independência na América continental e a revolução negra no Haiti. Diante da iminente perda de seu império nas Américas, a Coroa espanhola fez de Havana sua última fortaleza e das províncias ocidentais a sua joia no Caribe. As fronteiras do açúcar e do café se expandiram dos arredores da capital em direção às terras virgens de Matanzas, atraindo

<sup>6</sup> GARCÍA RODRÍGUEZ, op. cit., 2004, p. 233-320.

<sup>7</sup> Sobre escravidão e raça nas Cortes de Cádiz, ver: BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. **Escravidão e política, Brasil e Cuba, c.1790-1850**. São Paulo: Hucitec, 2010. Sobre a população livre de cor em Cuba, ver: REID-VAZQUEZ, op. cit. Sobre as Rebellões de Aponte, ver: FRANCO, op. cit. CHILDS, op. cit., 2006.

consigo milhares de homens e mulheres oriundos do noroeste e da região centro-ocidental da África. Entre as vítimas do tráfico transatlântico, predominaram os Carabalis e Lucumis, que pertenciam a sociedades envolvidas em guerras religiosas nas primeiras décadas do século. Submetidos a condições brutais nos engenhos de açúcar e nas fazendas de café, esses africanos deram início a um novo ciclo de revoltas a partir de 1825, e fizeram de Matanzas o epicentro da resistência escrava em Cuba por quase duas décadas.<sup>8</sup>

### *A era das revoltas africanas na província de Matanzas (1825-1844)*

No dia 15 de junho de 1825, mais de 100 homens e mulheres se rebelaram contra os seus escravizadores nas fazendas de café do distrito de Guamacaro. Em sua maioria, eram Carabalis e Mandingas liderados por Lorenzo Lucumi, Pedro Gangá e o sacerdote afro-religioso Federico Carabali. A revolta teve início na fazenda El Sabanazo, onde os rebeldes emboscaram e mataram o proprietário e seu filho antes de partir para as fazendas da vizinhança, atacando os brancos e convidando os escravizados a se juntarem à revolta. A batalha final ocorreu na encruzilhada do Coliseo, onde milícias de fazendeiros e as tropas de Matanzas derrotaram os insurgentes. Dezenas de escravizados foram mortos em batalha ou executados sumariamente pelas tropas, inclusive Lorenzo e Federico. A maioria dos sobreviventes foram restituídos aos proprietários e castigados nas fazendas, enquanto Pedro Gangá e alguns de seus seguidores foram levados a julgamento. As autoridades espanholas decidiram submetê-los à alcada da Comissão Militar, um tribunal de exceção instituído para o julgamento de crimes políticos durante as guerras de independência. Por ter protegido a vida de uma senhora branca durante a revolta, Pedro foi poupado e sentenciado à pena de açoites, mas outros nove rebeldes foram condenados à morte. No dia 1 de fevereiro de 1826, uma multidão se aglomerou na cidade de Matanzas para testemunhar a execução dos condenados por um pelotão de fuzilamento.<sup>9</sup>

A Revolta de Guamacaro representou um ponto de virada na história da resistência e da repressão em Cuba. A historiadora Gloria García Rodriguez definiu essa rebelião como a última de um ciclo iniciado na década de 1790 e que se somaria às grandes revoltas dos anos 1830 e 1840, compondo uma unidade histórica. Essa periodização foi contestada por Manuel Barcia, que identificou a Revolta de Guamacaro como a primeira de um novo ciclo de resistência escrava liderado por africanos ocidentais. A interpretação de Barcia se justifica, pois os rebeldes de Guamacaro pertenciam a um novo tempo e espaço do cativeiro em Cuba e instituíram um novo repertório de resistência. Ainda que fossem contemporâneos

8 Sobre a economia do açúcar em Cuba, ver: FRAGINALS, Manuel Moreno. **El Ingenio**: Complejo Económico Social Cubano del Azúcar. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1978. KNIGHT, Franklin. **Slave Society in Cuba During the Nineteenth Century**. Madison: University of Wisconsin Press, 1970. BERGAD, Laird. **Cuban Rural Society in the Nineteenth Century**: The Social and Economic History of Monoculture in Matanzas. Princeton: Princeton University Press, 1990. Sobre as etnias africanas e a resistência em Cuba Ocidental, ver: BARCIA PAZ, op. cit., 2008.

9 Sobre a Revolta de Guamacaro, ver: BARCIA PAZ, op. cit., 2012.

do Atlântico revolucionário, as suas estratégias de luta remetiam às suas sociedades de origem e às guerras que travavam na África. Ao mesmo tempo, o episódio marcou um novo tempo da repressão senhorial, por meio da militarização das fazendas e da justiça. Logo após a revolta, o governador de Matanzas Cecílio Ayllon decretou o *Reglamento de Policía Rural de la Jurisdicción del Gobierno de Matanzas*, de 1825, que encorajou os fazendeiros a instaurarem um regime disciplinar rigoroso em suas propriedades, mantendo os trabalhadores sob vigilância durante o dia e encarcerados nos barracões no período da noite. Além disso, o precedente judicial de 1825 se transformou em regra. Os escravizados acusados de crimes capitais passaram a ser submetidos aos procedimentos sumários da Comissão Militar e às execuções por fuzilamento. Em suma, o escravismo de guerra hispano-cubano foi uma resposta direta ao Haiti e aos rebeldes que transformaram Matanzas em uma extensão de seus campos de batalha na África.<sup>10</sup>

Os repertórios de resistência dessa geração do cativeiro remontavam à África. Nos anos subsequentes à Revolta de Guamacaro, os Lucumis adquiriram fama como a etnia mais rebelde em Cuba. Eles pertenciam a sociedades guerreiras e sua língua era compreensível para os Carabalis, Ararás e Minas, o que contribuiu para se transformarem em líderes das comunidades escravizadas. Suas práticas de resistência foram múltiplas. Em junho de 1835, 14 Lucumis recém-desembarcados em Matanzas foram levados ao engenho Magdalena, no distrito de Santa Ana. O feitor lhes deu apenas três dias de descanso antes de enviá-los aos canaviais. Ao final do primeiro dia de trabalho, dois cometeram suicídio e os demais se recusaram a trabalhar na manhã seguinte. A fim de reafirmar sua autoridade, o feitor os expôs aos corpos dos suicidas como uma ameaça, mas surtiu o efeito reverso. Domingos Lucumi bradou aos seus companheiros que deveriam morrer assim como seus amigos. Com os facões em mãos, eles atacaram o feitor e os empregados brancos do engenho. Diante da chegada de soldados e da iminente derrota, outros dois cometeram suicídio. Os demais foram presos e submetidos a julgamento pelo tribunal militar. O suicídio de africanos se tornou endêmico em Cuba. As autoridades atribuíam o fenômeno à crença dos africanos de que retornariam para suas terras após a morte, o que contribuiu para substituírem as execuções na força pelos fuzilamentos e pela exibição pública dos cadáveres, de modo a dissuadi-los. Outros fazendeiros reconheciam que a brutalidade do cativeiro era a principal causa das mortes. De todo modo, os suicídios e as rebeliões armadas foram duas estratégias radicais de resistência dos africanos escravizados em Matanzas.<sup>11</sup>

10 GARCÍA RODRÍGUEZ, op. cit., 2004, p. 295-298. BARCIA PAZ, op. cit., 2012, p. 97-119. BARCIA PAZ, op. cit., 2008, p. 34-36. Sobre a Comissão Militar, ver: LLAVERÍAS Y MARTÍNEZ, Joaquín. **La Comisión Militar Ejecutiva y Permanente de la Isla de Cuba**. La Habana: Imprenta "El Siglo XX", 1929. RUBIO, Alina. **La Justicia Excepcional en la Primera Mitad del XIX Cubano: Orden Público y Gobierno Militar de los Territorios Coloniales**. **Almanack**, 2018, 18, 6-55.

11 "Comunicaciones...Ingenio Magdalena". Fondo GP, Legajo 7, 12. AHPM. Sobre os suicídios de africanos em Cuba, ver: BARCIA PAZ, op. cit., 2008, p. 77-78.

As relações de trabalho também gestaram conflitos e noções divergentes de justiça. No dia 22 de junho de 1842, dezenas de africanos Lucumis e Araras se rebelaram no engenho La Arratia. O feitor Manuel Acosta havia sido contratado recentemente e buscava afirmar sua autoridade perante os trabalhadores. Naquele dia, ele acusou Jorge Lucumi de desobedecer as suas ordens e dar-lhe as costas, castigando-o com 25 açoites e prendendo suas pernas a ferros. Quando as notícias chegaram aos seus parceiros no campo, Facundo e Gregório lideraram uma comitiva que retornou à sede do engenho e demandou que o administrador Vicente Echeverria libertasse Jorge. Echeverria acatou o pedido sob a condição de retornarem ao trabalho, mas informou o ocorrido ao proprietário, que ordenou que os líderes fossem punidos. O administrador convocou um regimento de soldados para acompanhá-lo, mas quando tentaram prender Jorge e Facundo, seus companheiros os atacaram gritando “morte aos brancos”. Os soldados venceram e prenderam 42 rebeldes. Como Jorge e Facundo estavam contidos durante o confronto, as acusações recaíram sobre Gregorio, que foi condenado à morte por fuzilamento seguido de decapitação. Um recurso da defesa levou à comutação da pena, mas os juízes insistiram em oferecer uma punição exemplar. No dia 22 de outubro, uma força militar escoltou Gregorio, Jorge, Facundo e seus parceiros de volta ao engenho, onde receberam 100 açoites cada diante da dotação de trabalhadores. A maioria dos condenados foram deixados na fazenda, enquanto Gregorio e outros 15 homens foram enviados a prisões no ultramar.<sup>12</sup>

As revoltas se intensificaram nos primeiros anos da década de 1840. As notícias vindas de Matanzas se somaram à pressão internacional contra o contrabando de africanos em Cuba. Diante do cenário, o Capitão-General Geronimo Valdes decretou o *Reglamento de Esclavos* de 1842, que estabeleceu medidas de disciplina e vigilância contra a população escravizada, assim como limites e deveres aos senhores. O regulamento limitou as punições domésticas a 25 açoites e estimulou melhorias no tratamento dos escravizados, as alforrias e a formação de famílias, de modo a desencorajar a rebeldia e estimular a reprodução vegetativa da população cativa. Nesse sentido, Valdés estabeleceu um novo precedente jurídico que caracterizou o direito escravista hispano-cubano a partir de então, reconhecendo direitos precários dos escravizados e impondo a mediação do Estado nas relações entre eles e seus proprietários. Contudo, a iniciativa não surtiu efeitos imediatos e nem foi capaz de conter a escalada das tensões em Matanzas, que sediou a maior onda de revoltas no ano seguinte.<sup>13</sup>

Na noite de 26 de março de 1843, um grupo de Lucumis assassinou o capataz do engenho Alcancía e marchou em direção às propriedades vizinhas, tocando seus tambores,

12 “Sublevación...Ingenio La Arratia” Fondo Comisión Militar (CM), Legajo 28, n. 1. Archivo Nacional de Cuba (ANC). Ver ainda: GARCÍA RODRÍGUEZ, Gloria. *Voices of the Enslaved in Nineteenth-Century Cuba: A Documentary History*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011. p. 132-134.

13 Sobre o Reglamento de Esclavos de 1842, ver: TARDIEU, Jean-Pierre. “Dominar o morir”: En Torno al Reglamento de Esclavos de Cuba (1841-1866). Frankfurt: Vervurt; Madrid: Iberoamericana, 2003. DE LA FUENTE, op. cit., 2007, p. 659-692.

em estado de guerra. Os escravizados que trabalhavam na construção da ferrovia de Cardenas aproveitaram a oportunidade para se libertar e se unir à revolta. Ao todo, mais de 500 rebeldes armados confrontaram a infantaria e a cavalaria do exército espanhol por dois dias, até que foram derrotados. Mais de 100 foram mortos em combate ou executados sumariamente e centenas foram presos. A Comissão Militar condenou dezenas de réus a penas corporais e oito líderes à pena de morte por fuzilamento. Nos meses seguintes, os escravizados se rebelaram nos engenhos de Santa Rosa, Acana, Concepción e La Arratia, mas o episódio mais grave ocorreu no distrito de Sabanilha. Por dois meses os Lucumis do engenho Triunvirato planejaram fazer “guerra contra os brancos e se tornar livres”. Na noite de 5 de novembro, Bonifacio Lucumi atacou o feitor e convidou seus parceiros a se rebelarem. Sob sua liderança, e de Eduardo, Santiago e Carlota Lucumi, eles marcharam em direção aos engenhos vizinhos de Acana, Concepción, San Miguel e San Lorenzo com tambores e armas. Quando chegaram ao engenho de San Rafael, eles foram confrontados por fazendeiros e tropas da cavalaria. A força das armas prevaleceu e 50 rebeldes foram mortos. Outros 60 foram presos, mas apenas 18 foram julgados pela Comissão Militar, que condenou oito deles à morte. Uma força militar foi deslocada e conduziu o fuzilamento dos condenados nos quatro principais engenhos envolvidos. Fim a execução, seus corpos foram mutilados e incinerados, e suas cabeças foram expostas em estacas espalhadas pelo distrito.<sup>14</sup>

A possibilidade de que Cuba se tornasse um novo Haiti nunca fora tão real. Não bastassem as ameaças representadas pelos africanos rebeldes, a Espanha se via pressionada pelo abolicionismo britânico e ainda suspeitava dos homens livres de cor na ilha. Diante da crise, o governo espanhol nomeou Leopoldo O'Donnell, um militar reconhecido por seu rigor, para o cargo de capitão-general. Havia um mês que ele chegara a Cuba quando ocorreu a Revolta de Triunvirato, e a repressão brutal foi o seu cartão de visitas. Quando em dezembro chegaram as notícias de uma conspiração no engenho Santíssima Trinidad, O'Donnell decidiu instaurar um reino de terror e se livrar de todos os inimigos domésticos da Espanha. Após uma investigação e um julgamento sumários, mais de 100 pessoas foram presas e 16 líderes executados. O capitão-general enviou mais tropas a Matanzas para expandir as investigações e encorajou os fazendeiros a conduzirem interrogatórios em suas propriedades. A extração coercitiva dos testemunhos contribuiu para que as autoridades declarassem que havia uma grande conspiração em curso, envolvendo negros livres e escravizados, brancos e abolicionistas, com o objetivo de pôr fim à escravidão e ao colonialismo espanhol em Cuba. O uso sistemático de tortura deu nome à conspiração — La Escalera —, em referência às escadas nas quais os suspeitos eram amarrados e interrogados sob a chibata. Milhares de pessoas foram presas, torturadas e

<sup>14</sup> “Levantamiento”, 1843. Fondo CM, Legajo 29, n. 5; “Levantamiento en los Ingenio des Trinidad y Acana”, 1843. Fondo CM, Legajo 30, n. 3/4 ANC. Sobre as revoltas de Bemba e de Triunvirato, ver: FINCH, op. cit., 2015, p. 79-110. PAQUETTE, op. cit., p. 209-232. GARCÍA RODRÍGUEZ, op. cit., 2004, p. 233-320. BARCIA PAZ, op. cit., 2008, p. 33-41.

condenadas às penas de morte, prisão ou deportação. Diante da maior onda de revoltas escravas nas Américas desde o Haiti, as autoridades espanholas responderam com um massacre racial sem precedentes.<sup>15</sup>

É difícil distinguir a extensão real da conspiração e o oportunismo das autoridades espanholas. Em seu estudo pioneiro, Robert Paquette sugeriu que havia não uma, mas uma série de conspirações em curso, envolvendo abolicionistas, homens livres de cor e africanos escravizados. Por sua vez, Michelle Reid-Vazquez abdicou de avaliar a existência da conspiração para constatar a concretude da repressão e de suas principais vítimas — os homens livres de cor. A historiadora Aisha Finch revisitou o tema para analisar de forma integrada as revoltas de 1843 e a Conspiração de La Escalera a partir do protagonismo dos africanos escravizados. A análise das Revoltas de Bemba e de Triunvirato reforçam a perspectiva de Finch, assim como a interpretação de Manuel Barcia sobre as raízes africanas do ciclo de resistência inaugurado em 1825. Por outro lado, há indícios de que homens livres de cor conspiraram junto aos escravizados, entre os anos de 1843 e 1844, reiterando o padrão de resistência negra que caracterizara a Revolta de Aponte de 1812. Por essa razão, é possível que a Conspiração de La Escalera revele uma sobreposição e uma convergência das temporalidades da resistência escrava e da resistência negra em Cuba. Por outro lado, é inquestionável que a repressão brutal que a sucedeu marcou o fim de uma era.<sup>16</sup>

### *A economia moral da escravidão na era de La Escalera (1845-1867)*

Teve início um outro tempo do cativeiro em Cuba. Uma estranha calmaria paira sobre as fontes datadas a partir de então no Arquivo Histórico Provincial de Matanzas. Depois de uma série de dezenas de rebeliões e ataques contra brancos, ocorrida entre 1825 e 1844, houve um único crime grave registrado em Matanzas nas duas décadas subsequentes. Em julho de 1851, três homens escravizados foram executados pelo assassinato de um feitor no engenho Santíssima Trinidad. Salvo por esse caso e alguns registros de rumores de sublevação, não houve um único crime capital ou revolta em Matanzas entre os anos de 1845 e 1867. O fenômeno exige uma explicação complexa, que leve em conta múltiplas variáveis. É evidente que o terrorismo de Estado cumpriu o seu papel. Michelle Reid-Vazquez classificou esse período como a Era de La Escalera, devido à persistência de políticas restritivas contra a população livre de cor. O mesmo pode ser dito com relação à militarização das fazendas e à brutalidade que marcou toda uma geração do cativeiro em Cuba. Historiadores como Gloria García Rodrigues e Manuel Barcia argumentam que a época marcou uma transição das revoltas para formas de resistência passiva, o que foi reforçado pelos estudos de Rebecca Scott sobre a segunda metade do século. Por sua vez, Alejandro de la Fuente argumenta que foi o *Reglamento de*

15 Fondo CM, Legajo 30/82. ANC e Fondo Sublevaciones. Legajo 9. AHPM. Sobre a Conspiração de La Escalera, ver: PAQUETTE, op. cit. FINCH, op. cit., 2015. REID-VAZQUEZ, op. cit.

16 Ibidem.

*Esclavos* de 1842 que encorajou os escravizados a reivindicarem seus direitos e recorrerem ao Estado para mediar seus conflitos, no que foi endossado pela interpretação de Waldomiro Lourenço da Silva Junior sobre o direito escravista hispano-cubano. Nesse sentido, o silêncio das fontes indica que as tensões arrefeceram ou que os conflitos passaram a ser resolvidos de forma negociada nas fazendas ou com a mediação de instituições estatais não repressivas.<sup>17</sup> A partir dos conceitos desenvolvidos neste artigo, é possível repisar os passos de Alejandro de la Fuente e argumentar que os escravizados expandiram seus repertórios de resistência para incorporar a linguagem dos direitos e reivindicá-los perante seus escravizadores, recorrendo quando necessário às instituições do Estado. Mas as relações de trabalho no campo também mudaram. Após décadas de conflitos e negociações, os trabalhadores e seus escravizadores gestaram um conjunto de normas costumeiras nas fazendas, que podem ser definidas nos termos de uma *economia moral da escravidão*. A leitura senhorial desse conjunto normativo inspirou manuais agronômicos e discursos em que os fazendeiros defendiam a política do bom tratamento dos escravizados, a fim de encorajar a obediência e a reprodução vegetativa dos trabalhadores. A própria elaboração do *Reglamento de Esclavos* de 1842 bebeu dessa economia moral das fazendas, positivando as normas recíprocas entre as partes. Da perspectiva dos escravizados, estava em disputa uma noção de direitos que integrariam seus repertórios de resistência e negociação a partir de então.<sup>18</sup>

Assim, a combinação entre a militarização do escravismo e a consolidação desses aparatos normativos contribuiu para o declínio das revoltas escravas e da repressão estatal, que deram lugar a resoluções negociadas dos conflitos nas fazendas ou com a mediação de instituições públicas não repressivas entre 1845 e 1867. Contudo, é preciso destacar que os escravizados de Matanzas não se submeteram passivamente ao cativeiro nesse período. Eles apenas adaptaram suas estratégias de resistência às duras condições materiais do seu tempo. Nas décadas seguintes, uma nova geração do cativeiro se valeria desses conjuntos normativos e repertórios para dar início a um novo tempo de luta.

### III. A resistência negra na crise da escravidão em Cuba

A DÉCADA DE 1860 marcou uma aceleração do tempo histórico no Atlântico. A Era das Revoluções dera início a uma primeira era das abolições, capitaneada pelas Revoluções do Haiti. No entanto, o escravismo não apenas sobreviveu em Cuba — ele se expandiu.

17 “Comunicación...Ingenio Santísima Trinidad.” 29/7/1851. (n. 1). Fondo GP. Legajo 11. AHPM. Ver: REID-VAZQUEZ, op. cit. GARCÍA RODRÍGUEZ, op. cit., 2004, p. 233-320. BARCIA PAZ, op. cit., 2008. DE LA FUENTE, op. cit., 2007, p. 659-692. SILVA JUNIOR, op. cit. SCOTT, op. cit.

18 Sobre as transformações demográficas em Matanzas, ver: BERGAD, op. cit. BORREGO MORENO, Reiner. **Lo Importante aquí es no Morirse**: Azúcar, Esclavitud y Mortalidad En Cuba (1840-1886). 2019. Tese (Doutorado em Historia) – Universidade Jaume I, Castellón, 2019. Sobre a categoria economia moral e seu uso nos estudos da escravidão, ver: THOMPSON, Edward. The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century. **Past & Present**, 50(1), 76-136, 1971. FERRARO, Marcelo. A economia moral da escravidão nas fazendas de café do Vale do Paraíba (1830-1888). In: MUAZE, Mariana; GRINBERG, Keila (org.). **Segunda escravidão, memória e história no Vale do Paraíba fluminense**. (prelo).

Ao lado do Brasil e dos Estados Unidos, a colônia espanhola se tornou uma das últimas economias escravistas das Américas, encadeada às redes do mercado mundial. Assim como a repressão a La Escalera representou uma vitória dos senhores contra a resistência negra em Cuba, movimentos insurgentes também foram derrotados no Brasil e nos Estados Unidos, e as três classes senhoriais celebraram sua hegemonia em meados do século. O apogeu da *Segunda Escravidão* ruiu a partir da Guerra Civil e a abolição nos Estados Unidos em 1865, que isolou o Brasil e Cuba como os últimos territórios escravistas do continente. O início da Reconstrução Radical e a extensão da cidadania aos afro-americanos intensificou a percepção de estadistas espanhóis e brasileiros de que o horizonte se fechava para o cativeiro em seus países. Após décadas de contrabando, o governo espanhol enfim aboliu de forma definitiva o tráfico transatlântico de africanos em 1867, dando o primeiro passo para a emancipação gradual nas suas colônias no Caribe.<sup>19</sup>

Esses eventos coincidiram com uma grave crise econômica no Império Espanhol e a perda de prestígio do reinado de Isabel, que foi derrubada pela Revolução Gloriosa em setembro de 1868. A instabilidade do regime encorajou a insurgência nas colônias. Na noite de 9 de outubro, o fazendeiro Carlos Manuel Céspedes reuniu seus correligionários no engenho La Demajagua, no Oriente, e deu início a um movimento pela independência de Cuba. Assim teve início a Guerra dos Dez Anos (1868-1878). Naquele mesmo dia, Céspedes alforriou os seus escravizados e publicou um manifesto defendendo uma política de emancipação indenizada, a ser concretizada quando a revolução fosse vitoriosa. Cientes da necessidade de atrair o apoio de fazendeiros escravistas, os líderes insurgentes optaram pela moderação e chegaram a instituir a pena de morte para quem incitasse os escravizados a se rebelar. Por outro lado, encorajavam os proprietários a alforriarem seus escravizados e os alistarem às forças rebeldes, fazendo o mesmo com os cativos de seus inimigos. Isolado internacionalmente, e ameaçado pelo avanço dos insurgentes em Cuba e dos abolicionistas em Madrid e Porto Rico, o governo espanhol encaminhou um projeto de lei a fim de instituir a emancipação gradual no Império. Promulgada em julho de 1870, a Lei Moret libertou o ventre das mulheres escravizadas e todas as crianças nascidas a partir de 1868, assim como os sexagenários, e proibiu o uso do açoite. A essa altura, o movimento independentista de Cuba abdicou da moderação e passou a pregar a emancipação nos territórios sob seu domínio, tornando o exército de libertação cada vez mais negro.<sup>20</sup>

19 Sobre o conceito da Segunda Escravidão, ver: TOMICH, op. cit. Sobre a política da escravidão nos três países, ver: PARRON, Tâmis. **A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Sobre a abolição nos Estados Unidos e a crise da escravidão em Cuba, ver: CHILDS, Matt. Cuba, the Atlantic Crisis of the 1860s, and the Road to Abolition. In: DOYLE, Don (ed.). **American Civil Wars: The United States, Latin America, Europe, and the Crisis of the 1860s**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2017. p. 204-221. Para a repercussão em Cuba e no Brasil, ver: YOUSSEF, Alain El. **O Império do Brasil na Segunda Era da Abolição, 1861-1880**. 2019. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. PAYNE, Samantha. **The Last Atlantic Revolution: Reconstruction and the Struggle for Democracy in the Americas**. 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Harvard, Cambridge, 2022.

20 Sobre a Guerra dos Dez Anos e a Lei Moret, ver: IBARRA CUESTA, Jorge. **Encrucijadas de la Guerra**

Os escravizados foram partícipes dessa virada. A Guerra dos Dez Anos, a Lei Moret e o início da emancipação gradual em Cuba foram o resultado de múltiplas variáveis, inclusive da ação dos escravizados, libertos e homens livres de cor do Oriente que aderiram ao exército de libertação e pressionaram o governo espanhol a agir. Antes mesmo da guerra, homens livres de cor e escravizados conspiraram juntos contra o cativeiro e o domínio espanhol, em 1864 e 1867, em El Cobre, no Oriente, como revelou a historiadora Iacy Maia Mata. O mesmo não pode ser dito sobre a população escravizada nas províncias ocidentais. As últimas fortalezas do escravismo hispano-cubano permaneceram de pé durante todo o conflito, salvo pela breve incursão das tropas insurgentes em 1875. Há um único registro de insubordinação nos anos que antecederam a guerra, citado pelo historiador Franklin Knight. Em março de 1866, os escravizados de alguns engenhos de Matanzas se recusaram a trabalhar e demandaram pagamento pelos seus serviços, alegando que haviam sido libertados pelas Cortes da Espanha. O episódio revela que os engenhos não eram impermeáveis às notícias do mundo exterior, e que os trabalhadores as interpretaram à sua forma para contestar seus superiores por meio de uma estratégia de resistência passiva. Esse evento prenunciou um novo tempo da resistência que ganhou corpo a partir do início da guerra em 1868.<sup>21</sup>

### *A Guerra dos Dez Anos, a Lei Moret e a resistência escrava em Matanzas (1868-1878)*

Enquanto as tropas insurgentes e espanholas combatiam no Oriente, os escravizados deram início a movimentos de insubordinação nos engenhos de Matanzas. Em dezembro de 1869, os trabalhadores se recusaram a obedecer ao feitor e ao proprietário do engenho Pura y Limpia, confrontando-os de forma hostil. Benito Criollo chegou a retirar um parceiro que era castigado do tronco, dirigindo palavras ofensivas ao fazendeiro. Tendo em vista que se tratava de uma vizinhança de engenhos com dotações grandes de trabalhadores, as autoridades de Matanzas enviaram a companhia de voluntários, que restabeleceu a ordem e castigou Benito e cinco companheiros seus com 25 açoites cada. Não foi um caso isolado. Em maio de 1870, os trabalhadores se recusaram a trabalhar no engenho San Jose de Fumero, e seus líderes foram açoitados e colocados em uma prisão. Os dois casos ocorreram entre a eclosão da Guerra dos Dez Anos e a promulgação da Lei Moret. Embora não se possa atribuir a esses episódios um papel importante para essa reforma da legislação escravista, eles marcaram o início de uma escalada nas tensões nos engenhos de Matanzas.<sup>22</sup>

**Prolongada.** Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2008. FERRER, op. cit., 1999. SCOTT, op. cit. MATA, op. cit. HELG, op. cit., 2014, p. 29-51. CORWIN, op. cit. SCHMIDT-NOWARA, Christopher. **Empire and Antislavery: Spain Cuba and Puerto Rico 1833-1874.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1999.

21 MATA, op. cit. KNIGHT, op. cit, p. 81-82.

22 “Comunicaciones...Ingenio Pura y Limpia.” 12 a 13/12/1869 (n. 4). “Comunicación...Ingenio San Jose de Fumero.” 31/5/1870 (n. 5). Fondo GP. Legajo 11. AHPM.

A questão dos castigos se tornou central. Ao contestar o castigo infligido contra seu parceiro, Benito Criollo questionou uma das principais prerrogativas da soberania senhorial. O quadro se agravou com a promulgação da Lei Moret, que proibiu o uso do açoite. Em um primeiro momento, as autoridades e os fazendeiros de Matanzas se recusaram a implementar a legislação na província, acusando-a de comprometer a ordem e a disciplina nas propriedades rurais. A anarquia professada pelos escravistas não se concretizou nos anos seguintes, mas as comunidades escravizadas seguiram disputando a justiça e a forma dos castigos. Em novembro de 1870, o feitor do engenho Laguna de Palos decidiu punir Miguel Criollo por desobedecer a seus superiores e produzir desordem entre seus companheiros. Quando chegaram ao quarto de correção, o feitor e o capataz foram surpreendidos por uma comitiva de cinco trabalhadores e duas trabalhadoras que haviam abandonado o serviço na roça para intervir em nome de seu parceiro. Eles arrancaram Miguel do tronco e ele fugiu. A guarda rural foi mobilizada para submeter os rebeldes, que foram forçados a dormir no tronco sob vigilância nos dias seguintes.<sup>23</sup>

Em outros conflitos, os escravizados reivindicaram seus direitos, remetendo tanto à economia moral das fazendas quanto aos dispositivos legais. Por anos, os trabalhadores usufruíam de relativa autonomia durante seu tempo livre no engenho Santa Victoria, dormindo destrancados nas senzalas e circulando pelo entorno da propriedade. A chegada de um novo administrador, em maio de 1871, acirrou os ânimos. A fim de impor sua autoridade, ele os proibiu de deixar a propriedade e passou a trancá-los no barracão à noite. Sentindo-se violados em seus direitos, Luis Frances e os criollos Rafael, Fausto, Bonifácio, Felício e Jacob confrontaram o administrador, que recorreu às autoridades da província. Os investigadores endossaram a versão do administrador e registraram em seu relatório que os trabalhadores eram bem alimentados e vestidos e usufruíam de descanso conforme o *Reglamento de Esclavos* de 1842, sem receberem castigos corporais. A versão dos trabalhadores foi ignorada. Os investigadores criticaram a negligência do antigo administrador e elogiaram a decisão do atual. Em suas palavras, os escravizados tinham a crença de que eram livres pela lei e que deveriam trabalhar apenas quando quisessem, portanto, seria conveniente proibir a sua saída e impedir que propagassem tais ideias, que agravavam a situação difícil que sustentava a escravidão devido à lei que proibiu os castigos.<sup>24</sup>

Ao reivindicarem o direito de dormirem destrancados e de circularem para além dos limites da propriedade, os trabalhadores recorreram às normas costumeiras estabelecidas no engenho. Por sua vez, o administrador e os investigadores defenderam a justiça da nova gestão segundo as diretrizes do *Reglamento de Esclavos* de 1842. O conflito ainda revela como escravizados, administradores e autoridades públicas disputavam os sentidos

23 “Comunicaciones...Ingenio Laguna de Palos.” 16 a 18/11/1870 (n. 6). Fondo GP. Legajo 11. AHPM.

24 “Investigación...Ingenio Santa Victoria.” 25/5/1871. Fondo GP. Legajo 36 (Esclavitud). AHPM.

da Lei Moret. Enquanto os trabalhadores extrapolaram a letra da lei para reivindicar a sua autonomia e liberdade, os escravistas relativizaram até mesmo seus dispositivos expressos. Fazendeiros e autoridades tomaram medidas para evitar que os escravizados tomassem conhecimento da lei e a interpretassem a seu modo. A Lei Moret, de fato, comprometeu a preservação da ordem escravista no médio prazo e acelerou a abolição em Porto Rico, em 1873, mas não encorajou uma onda de resistência em Matanzas. Os casos ocorridos nos engenhos Laguna de Palos e Santa Victoria foram os únicos registrados entre a promulgação da Lei Moret e o final do ano de 1874.

A invasão das tropas insurgentes às províncias do ocidente, no ano seguinte, coincidiu com o início de uma série de episódios de resistência em pequena escala nos engenhos de Matanzas. Em março de 1875, Francisco Criollo foi enviado ao Depósito Judicial de Escravos e submetido a 15 dias de trabalhos severos nas obras públicas, devido à desobediência à mãe de seu proprietário e ao mau exemplo diante de seus parceiros. Em maio de 1876, Florentino e Julian foram castigados com ferros por três meses por desrespeitarem seus superiores no engenho Emilia. Um caso mais grave ocorreu em outubro no engenho Ignacia. Durante uma tentativa de fuga, o escravizado Bonifácio foi avistado pelo boieiro Manuel Santos e resistiu à captura. Com uma faca, ele submeteu o boieiro e o teria matado, não fosse a intervenção do feitor Manuel Chamiso. Não há indícios de que a guerra tenha estimulado esses escravizados em seus atos individuais de rebeldia. Por outro lado, os episódios de resistência coletiva se intensificaram nos anos seguintes. Em julho de 1877, as autoridades de Matanzas registraram sintomas de sublevação entre os trabalhadores dos engenhos Jesus Maria e San Miguel. No último caso, os escravizados deixaram a propriedade e se apresentaram às autoridades da capitania para reclamar dos maus-tratos de seus superiores. Embora tenham sido frustrados e punidos, é importante atentar para o simbolismo do ato. Os escravizados abandonaram os domínios privados de seu senhor para recorrer ao Estado em defesa do que entendiam como seus direitos.<sup>25</sup>

Nenhum dos eventos ocorridos em Matanzas, entre os anos de 1868 e 1878, chegou à altura das grandes rebeliões do período entre 1825 e 1844, mas o número de casos destoa da relativa estabilidade que marcou o período entre 1845 e 1867. As fontes indicam o início de um novo ciclo de resistência, e a análise qualitativa dos episódios revela novos repertórios mobilizados pelos trabalhadores escravizados. A grandeza dos números e a natureza dos casos não permite conclusões assertivas sobre a relação entre a Guerra dos Dez Anos, a Lei Moret e a resistência escrava em Matanzas durante a maior parte dos anos 1870. No entanto, o fim do conflito, em 1878, marcou o início de um novo tempo de resistência negra em Cuba, tanto dos homens livres de cor no Oriente quanto dos escravizados no Ocidente.

25 “Comunicación...Ingenio Emilia.” 13/4 a 12/5/1876 (n. 7a). “Borradores...Ingenio Jesus Maria.” 12/6/1877 (n. 7b). “Comunicaciones...Ingenio San Miguel.” 18 a 20/6/1877. (n. 8). Fondo GP. Legajo 11. AHPM. “Investigación, Ingenio Ignacia.” 22/10/1876. Fondo GP. Legajo 37 (Esclavos Delitos). AHPM.

### *O Pacto de Zanjón, a Guerra Chiquita e a resistência escrava em Matanzas (1878-1880)*

Após uma década, a guerra entre as tropas insurgentes e o exército espanhol chegou a um impasse, e lideranças de ambas as partes consentiram em um cessar fogo. A assinatura do Pacto de Zanjón, em fevereiro de 1878, estabeleceu as condições da paz. O governo espanhol alterou o *status* da colônia para garantir direitos políticos e representatividade parlamentar à população cubana, anistiou os crimes políticos ocorridos durante o conflito e reconheceu a emancipação dos libertos que combateram pelas tropas rebeldes — mas exigiu que os demais ex-escravizados fossem restituídos aos seus antigos proprietários. A abdicação da luta pela independência e a concessão da reescravização parcial foram vistas como uma traição por insurgentes radicalizados, libertos e muitos homens livres de cor, como o tenente-general Antonio Maceo, que se recusaram a aceitar os termos do tratado. Um mês depois das tratativas de paz, o Protesto de Baraguá marcou a posição dos dissidentes, mas a repressão espanhola forçou que Maceo e outros líderes como Calixto Garcia partissem para o exílio. No exterior, eles conspiraram para retornar a Cuba. Em agosto de 1879, Garcia assumiu a liderança de um novo movimento insurgente no Oriente. A eclosão da Guerra Chiquita (1879-1880) marcou uma virada na luta pela abolição da escravatura e pela independência de Cuba, conduzida cada vez mais por generais e soldados negros.<sup>26</sup>

O protagonismo não coube apenas aos homens livres de cor. Os escravizados conduziram uma onda de resistência a partir do Pacto de Zanjón e, principalmente, do início da Guerra Chiquita, como demonstraram os estudos de Rebecca Scott, Imilcy Balboa Navarro, Aline Helg, Ada Ferrer e Iacy Maia Mata. Os registros dizem respeito a experiências de resistência passiva, como fugas em massa e paralisações nos trabalhos, ocorridas predominantemente no Oriente, embora as historiadoras mencionem brevemente a incidência de episódios semelhantes nas províncias ocidentais. No entanto, a análise das fontes de Matanzas revela que a população escravizada deu início a um movimento de rebeldia sistêmica a partir do início do ano-chave de 1879, cujo caráter disruptivo pode ser comparado às grandes revoltas da primeira metade do século. Contudo, se tratava de uma nova geração do cativeiro, que instituiu seus próprios repertórios e estratégias. Desde a abolição do contrabando de africanos, em 1867, teve início um processo de crioulização da população escravizada de Matanzas, com o predomínio gradual de afro-cubanos. Nos anos seguintes, a alta dos preços e o aumento na produção de açúcar elevaram a demanda por trabalhadores, intensificando as redes do tráfico interno de escravizados na ilha. Milhares de afro-cubanos foram separados de suas famílias e comunidades em Havana e no Oriente e enviados para os engenhos de Matanzas. Essas pessoas carregavam consigo suas próprias noções de direitos, advindas das leis e das economias morais de seu cativeiro de origem,

26 Sobre o Pacto de Zanjón e a Guerra Chiquita, ver: FERRER, op. cit., 1999. SCOTT, op. cit. MATA, op. cit. HELG, op. cit., 2014, p. 29-51.

além de informações sobre o avanço do abolicionismo no Império Espanhol e sobre a guerra e a emancipação parcial no Oriente. Nesse sentido, esse fluxo de trabalhadores contribui para a politização das comunidades escravizadas de Matanzas. Não tardou para que a contradição entre os estímulos do mercado mundial e o embate das forças políticas hispano-cubanas eclodisse nos engenhos.<sup>27</sup>

Em fevereiro de 1879, Guillermo Criollo inaugurou o maior ciclo de resistência escrava em Matanzas desde La Escalera. Conforme os fatos narrados na abertura deste artigo, Guillermo e Casemiro Criollo contestaram a justiça do castigo sofrido por seu companheiro Bernardino Criollo e confrontaram seus escravizadores no engenho Alcancía. Em seu depoimento, Guillermo afirmou que vivia no engenho havia apenas dois meses, o que indica a possibilidade de ter sido uma das vítimas do tráfico doméstico na ilha. Nesse período, trabalhou como capataz e condutor de carreta e alegou que jamais cometera faltas. Portanto, se sentia no direito de questionar o castigo infligido a Bernardino, preso no tronco por erros cometidos durante o corte da cana. Ameaçado de prisão pelo boieiro e pelo feitor, Guillermo resistiu argumentando que não cometera falta alguma que justificasse o castigo. Na investigação do caso, as autoridades da província registraram que “havia pouco tempo que ocorreu a abolição dos castigos corporais”, o que sugere que a execução desse artigo da Lei Moret vinha sendo postergada ou mitigada. Por outro lado, Guillermo demonstrou que conhecia o dispositivo legal. Ele não apenas contestou duas vezes a justiça dos castigos no engenho, mas aproveitou a oportunidade do depoimento para denunciar às autoridades que os capatazes açoitavam os trabalhadores ilegalmente, sem deixar marcas na pele. Diferentemente de seus antecessores africanos que conduziram as grandes revoltas das décadas de 1820 a 1840, Guillermo e Casemiro nasceram no cativeiro em Cuba e recorreram a um outro repertório de resistência, combinando os termos da economia moral estabelecida nos engenhos e a linguagem dos direitos, reforçada pela promulgação da Lei Moret.<sup>28</sup>

As disputas sobre a legitimidade dos castigos se intensificaram em Matanzas. Nos meses seguintes, os trabalhadores se mostraram desobedientes, cometendo faltas nos serviços no engenho Santa Ana. No dia 1 de maio, o administrador Ignacio Fernandez decidiu punir o africano Ruperto Congo pela reincidência nas faltas cometidas nos trabalhos. De acordo com o mestre de açúcar do engenho, havia dias que Ruperto desobedecia e replicava de maneira atrevida aos seus superiores. Quando ia ser preso, Ruperto resistiu e atacou o administrador com um martelo, ferindo-o na cabeça. Diante da agressão, os operários brancos intervieram em defesa do administrador, enquanto Ruperto contou com o auxílio de seus companheiros, o africano Ignacio, os criollos Dionísio e Fermin e o pardo Lorenzo. A tensão arrefeceu e os escravizados se renderam sem chegar às vias de fato.

27 Idem; BALBOA NAVARRO, op. cit., 1998. BALBOA NAVARRO, op. cit., 2000. Sobre as transformações demográficas em Matanzas, ver: BERGAD, op. cit. BORREGO MORENO, op. cit.

28 “Sumario...Ingenio Alcancía.” 1 a 17/2/1879. (n. 9). Fondo GP. Legajo 11. AHPM.

Em seu depoimento, Ruperto consentiu que devia obediência a seus superiores e afirmou que que recebia bom tratamento no engenho, mas insistiu que nunca fora castigado antes e não acreditava que merecia ser preso, e por isso resistiu. O caso era grave. O administrador Ignacio Fernandez exigiu uma punição severa contra Ruperto, para evitar as consequências funestas da notória desmoralização que sofreu diante dos trabalhadores. As autoridades de Matanzas concordaram e ordenaram a prisão dos cinco escravizados.<sup>29</sup>

A escalada das tensões coincidiu com uma reforma penal em Cuba. Ainda no mês de maio de 1879, o Parlamento espanhol promulgou o Código Penal de Cuba e Porto Rico, incorporando as colônias ultramarinas aos princípios da Constituição de 1876 e da justiça criminal da metrópole. A reforma penal comprometeu a prática dos julgamentos sumários e das execuções públicas da por pelotões de fuzilamento que caracterizaram a repressão estatal entre 1825 e 1844, e que já haviam caído em desuso após La Escalera. No entanto, a legislação criminal hispano-cubana preservou a essência de uma justiça escravista racializada ao manter os dispositivos punitivos do *Reglamento de Esclavos* de 1842, ao tipificar a resistência coletiva dos escravizados como sublevação ou motim e submeter os rebeldes a tribunais militares, e ao definir como agravante o cometimento de crimes de sangue por uma pessoa negra contra uma branca. Naquele mesmo mês, as autoridades enfrentaram outros dois casos de insubordinação em Matanzas. Crescencio Criollo foi enviado ao Depósito Municipal de Cardenas como punição pela falta de respeito com relação a seus superiores e pelo mau exemplo no engenho Santa Isabel. Em um caso mais grave, 18 trabalhadores exigiram que o administrador do engenho La Paz Casemiro Betencourt libertasse seu parceiro Domingo, que se encontrava preso por ter fugido recentemente. Diante da negativa, eles abandonaram a propriedade e, sob a liderança de Carlos Criollo, se apresentaram à guarda civil para denunciar o administrador, que ameaçara castigá-los. As autoridades ignoraram a denúncia e condenaram Carlos e Domingo a um mês de prisão e seus parceiros a 15 dias presos com ferros no engenho.<sup>30</sup>

Na véspera e durante o início da Guerra Chiquita, houve uma onda de incêndios e fugas em massa nas fazendas do Oriente e uma série de protestos e atentados nos engenhos de Matanzas. No dia 22 de julho, o feitor do engenho San Agustín Jose Maria Cortaya se apresentou às autoridades de Matanzas com diversas feridas pelo corpo. De acordo com seu relato, o escravizado Bartolome o atacou com um machado. Em sua defesa, o feitor o assassinou a golpes de pau e de faca. Em agosto, foi a vez de Ivan Criollo atacar o feitor Rufino Lopes no canavial do engenho San Jose de Zabala. O escravizado trabalhava preso a correntes como punição por desobediência, mas enganou o feitor e se desvencilhou dos ferros antes de golpeá-lo e fugir. Rufino perseguiu Ivan a cavalo e o feriu com golpes de machado na cabeça e nos braços. Ainda naquele fatídico mês de agosto, as

29 "Expediente...Ingenio Santa Ana." 2 a 17/5/1879. (n. 10). Fondo GP. Legajo 11. AHPM.

30 "Comunicaciones...Ingenio Santa Isabel." 21 a 26/5/1879. (n. 11a). "Comunicación...Ingenio La Paz. 16 a 21/5/1879. (n. 11). Fondo GP. Legajo 11. AHPM.

autoridades da província enviaram a guarda civil e a guarda rural para restabelecer a ordem nos engenhos Petrona e Santiago.<sup>31</sup>

A insubordinação se tornou endêmica. Em setembro, o feitor Manuel Ciego se queixou às autoridades municipais de Sabanilla sobre a desmoralização de sua autoridade no engenho La Palma. Em suas palavras, nos 40 anos em que feitorizava aqueles desgraçados, nunca fora tão difícil encaminhá-los à obediência e ao amor ao trabalho, e nem a prisão e o tronco eram capazes de submetê-los. As autoridades concordaram com o feitor e atribuíram a desobediência à ignorância dos escravizados e ao conhecimento que tinham de que os castigos haviam sido proibidos. E ainda condenaram as fugas e as denúncias infundadas que os escravizados apresentavam às instituições públicas a fim de se libertar. Naquele mesmo mês, os trabalhadores se rebelaram no engenho San Joaquin de Ibañez. Comandados pelo líder religioso Trinidad Criollo, que professava uma crença inspirada em Santa Bárbara, eles confrontaram e agrediram o administrador Francisco Peña, que pretendia trancá-los no barracão durante a noite. Diante do ataque, Peña deu tiros para o alto e conseguiu dispersá-los e fechar a senzala. Em seguida, ele convocou um destacamento da guarda civil, que cercou e vigiou o barracão durante toda a madrugada. Pela manhã, tocaram os sinos e ordenaram que os trabalhadores saíssem desarmados, prendendo 16 rebeldes. Indiciados pela insubordinação, Trinidad e quatro de seus seguidores foram enviados ao Depósito Municipal de Cimarrones e submetidos aos trabalhos mais fortes nas obras públicas por seis meses.<sup>32</sup>

Os barracões se tornaram um território em disputa. Em outubro, o administrador e os empregados brancos apreenderam um jogo proibido nas senzalas do engenho Cristina. Contrariados, os escravizados reagiram com pedras e gritos de morte. O administrador Valentin Pintado e o feitor saíram feridos do confronto, mas conseguiram dispersar os rebeldes a tiros e trancá-los no barracão. Assim que a guarda municipal chegou, teve início um dissenso sobre a natureza da punição. O administrador e o feitor pretendiam castigá-los à revelia da lei, aplicando 25 açoites a 29 escravizados de ambos os性os, por não saberem identificar os líderes. Os oficiais não concordaram e decidiram manter os trabalhadores presos com correntes e no tronco até a chegada do proprietário do engenho. Houve uma outra revolta naquele mesmo mês ocorrida no engenho Santa Isabel de Toscano, dessa vez motivada pela questão dos castigos. O escravizado Bruno resistiu à tentativa do feitor de prendê-lo a ferros em consequência das faltas cometidas e contou com o apoio de seus companheiros que se rebelaram. Com a chegada da guarda civil, a maioria depôs as armas, mas Bruno, Juan, Gualberto,

31 "Investigación...Ingenio San Agustín." 22/7/1879. Fondo GP. Legajo 38 (Esclavos Coartaciones). AHPM. "Comunicación...Ingenio San José de Zabala." 13/8/1879. (n. 14). "Comunicaciones...Ingenio Petrona." 8 a 13/8/1879. (n. 13). "Comunicación...Ingenio Santiago." 16/8/1879. (n. 14a). Fondo GP. Legajo 11. AHPM.

32 "Expediente...Ingenio La Palma." 28/7 a 2/9/1879. (n.12). "Comunicación...Ingenio San Joaquín." 12/9/1879 a 20/5/1880. (n. 15). Fondo GP. Legajo 11. AHPM.

Diego e Feliciano resistiram e atacaram os oficiais. Bruno foi ferido no conflito e seus parceiros foram reprimidos e presos a correntes e ferros como punição.<sup>33</sup>

A violência e o número de feridos cresciam a cada revolta. Em novembro, os trabalhadores se insurgiram e feriram o feitor do engenho Arco Iris. Um mês depois, 15 escravizados se rebelaram no engenho Belfast, abandonaram a propriedade e se apresentaram na Alcadia de Colon para informar às autoridades que haviam deixado alguns operários brancos feridos. Ao recorrerem às autoridades públicas, os escravizados cruzavam as fronteiras dos domínios senoriais e adentravam a jurisdição do Estado, mobilizado as contradições entre o poder soberano dos fazendeiros e o império da lei. Em janeiro de 1880, os trabalhadores deixaram o engenho Habana e se apresentaram às autoridades para denunciar o feitor Juan Cruz por maus-tratos e por disponibilizar pouco tempo de descanso para o almoço. Dois escravizados chegaram a exibir as marcas em suas costas como provas de que sofriam castigos ilegais, mas as autoridades argumentaram que as cicatrizes eram antigas e ordenaram que retornassem aos trabalhos no engenho. A inércia das instituições públicas agravou as tensões nas fazendas. Ainda naquele mês, vários escravizados se revoltaram e feriram gravemente o administrador Manuel Perez no engenho Soledad. Quando a guarda civil chegou à propriedade, não encontrou desordem e os responsáveis confessaram espontaneamente serem os cabeças e promotores do crime. Em outros casos, as autoridades militares responderam à altura. Em fevereiro, a guarda civil foi enviada para o engenho Alava, onde os trabalhadores se recusavam a sair do barracão. A truculência dos oficiais assegurou a retomada dos trabalhos, às custas de 10 a 12 feridos.<sup>34</sup>

A resistência dos escravizados se tornara endêmica em Matanzas e intensificou a crise do cativeiro em Cuba. Desde o Pacto de Zanjón, os esforços de abolicionistas e estadistas progressistas de Madrid convergiram em favor da emancipação, beneficiados pela radicalização de homens livres de cor, pela eclosão da Guerra Chiquita e pela resistência passiva dos escravizados no Oriente. As fontes analisadas nesta pesquisa revelam que os trabalhadores escravizados nos engenhos de açúcar de Matanzas não apenas se somaram a esse esforço coletivo, mas foram agentes radicais da crise generalizada do ano crítico de 1879. Eles expandiram seus repertórios de resistência e combinaram estratégias passivas e negociadas com rebeliões abertas contra feitores, administradores e as forças armadas da província. A insubordinação sistemática ameaçou os interesses da economia açucareira e convenceu o setor mais conservador da classe senhorial hispano-cubana da necessidade da transição para um novo regime de trabalho. Uma década antes, a resistência dos escravizados de Matanzas fora circunstancial e

33 “Comunicaciones...Ingenio Cristina.” 11/10 a 22/11/1879. (n. 17). “Comunicaciones...Ingenio Santa Isabel de Toscano.” 26/10/1879. (n. 17a). Fondo GP. Legajo 11. AHPM.

34 “Comunicación...Ingenio Arco Iris.” 5/11/1879. (n. 19). “Comunicaciones...Ingenio Belfast.” 27/10/1879. (n. 20). “Comunicación...Ingenio Habana.” 4/1/1880. (n. 21). “Comunicación... Ingenio Soledad.” 18 a 22/1/1880. (n. 22). “Comunicación...Ingenio Alava.” 4/2/1880. (n. 23). Fondo GP. Legajo 11. AHPM.

esporádica, e pouco contribuía para a aprovação da Lei Moret. No início do ano de 1880, o cenário era outro. A anarquia instaurada nos engenhos da província reverberou tanto em Havana quanto do outro lado do Atlântico, adentrando as portas do Parlamento em Madri, onde os deputados debatiam os termos e condições da emancipação em Cuba.

### *A Lei do Patronato e a resistência dos patrocinados em Matanzas (1880-1886)*

No dia 13 de fevereiro de 1880, o Parlamento espanhol promulgou a Lei do Patronato, que estabeleceu um regime de transição entre a escravidão e a liberdade em Cuba. Na letra da lei, o cativeiro deixou de existir e os escravizados passaram à condição de patrocinados, submetidos à tutela de seus senhores, agora intitulados patronos. No dia 8 de março foi decretado o *Reglamento del Patronato*, que estabeleceu os direitos e deveres recíprocos entre patronos e patrocinados. Para além da mudança terminológica, a reforma alterou a dinâmica da relação entre fazendeiros e seus trabalhadores, que passaram a receber salários simbólicos pelos serviços prestados. A despeito das pressões para que as correntes, ferros e o tronco fossem abolidos, prevaleceu o interesse dos fazendeiros, que asseguraram a legalidade desses castigos até o ano de 1883. Foram criadas, ainda, as Juntas de Patronato para fiscalizar o cumprimento da lei, reforçando a prerrogativa do Estado em mediar as tensões e conflitos entre as partes.<sup>35</sup>

Enquanto o projeto de lei ainda tramitava no Parlamento espanhol, as autoridades da província de Matanzas promoveram um mapeamento dos engenhos e das respectivas dotações de trabalhadores “mais facilmente seduzidos pelos inimigos da ordem”. A descrição revela como a ideologia racial e escravista hispano-cubana era incapaz de conceber o protagonismo dos trabalhadores negros escravizados, temendo sua cooptação pelos insurgentes do Oriente. Ao todo, 15 propriedades foram investigadas e analisadas nesse documento sigiloso, concluído em março de 1880. Os redatores descreveram a má administração, o excesso de liberdade e os maus-tratos como as principais causas da insubordinação dos trabalhadores dos engenhos Rosa, San Vicente, Nieves, Caridad Rueda, Juanita, Santa Suzana, Buena Ventura, Asturias e Mercedes. A luta dos escravizados pela liberdade e por direitos não cabia no discurso oficial. As autoridades ainda registraram a ocorrência de intensa rebeldia nos engenhos España, Habana, Flor de Cuba e Neda, além de uma revolta que deixou operários brancos feridos no engenho Chilena. Com a promulgação da Lei do Patronato, enaltecida como a lei da abolição, fazendeiros e autoridades acreditavam que os patrocinados ficariam gratos e cessariam as revoltas. Eles estavam errados.<sup>36</sup>

35 Sobre a Lei do Patronato, ver: CORWIN, op. cit. SCOTT, op. cit.

36 “Comunicación...adjuntando relación de los ingenios cuyas dotaciones pueden ser con más facilidad seducidas por los enemigos del orden”. 31/3/1880. (n. 24). Fondo GP. Legajo 11. AHPM. Sobre as estratégias de resistência dos patrocinados, ver: BALBOA NAVARRO, op. cit., 2000.

Enquanto as tropas insurgentes ainda combatiam durante a Guerra Chiquita no Oriente, os patrocinados travavam as suas próprias batalhas nos engenhos de Matanzas. Em abril de 1880, o administrador do engenho Ojo de Agua comunicou às autoridades que os patrocinados se encontravam em um estado de insubordinação extrema, o que motivou o envio do batalhão de infantaria. Em outros casos, foram os patrocinados que recorreram às instâncias do Estado. Em maio, 40 homens e mulheres deixaram o engenho Cantabria e se apresentaram às autoridades para denunciar o feitor por proibi-los de cantar durante os trabalhos e o capataz por lhes infligir castigos físicos ilegais. A violência escalou nos meses seguintes. Como anteciparam os redatores da lista dos engenhos rebeldes, os patrocinados do engenho España se insurgiram em julho. A guarda civil estava a postos e reprimiu brutalmente o levante, deixando dois feridos e dois mortos. Um mês depois, foi a vez dos patrocinados confrontarem o feitor para que soltasse seu parceiro Tiburcio no engenho Diamante. A rápida intervenção da guarda civil impediu que o movimento se transformasse em uma revolta. Tiburcio e sete companheiros foram presos. Embora a Lei do Patronato não tivesse proibido as punições com ferros e no tronco, esses castigos perderam legitimidade perante os patrocinados.<sup>37</sup>

A partir de então, a maioria dos conflitos entre patrocinados, feitores e patronos foram motivados por razões trabalhistas. Ainda no mês de agosto, Victor e Pablo lideraram um protesto contra o novo administrador Manuel Costa, no engenho Caridad. Os patrocinados se recordavam de sua gestão na propriedade anos antes, e se ressentiam do rigor e da quantidade de trabalho que exigia de seus subalternos. Segundo os oficiais mobilizados para reprimi-los, os patrocinados se entendiam no direito de contestar os operários que exigiam o cumprimento de seu dever. Acusados de liderarem um motim, Victor e Pablo foram submetidos a julgamento por um tribunal militar e condenados nos termos do artigo 16, inciso 1º, da lei de abolição e do *Reglamento del Patronato*. Houve um episódio similar no final de dezembro, quando os trabalhadores não reconheceram a autoridade do novo patrono no engenho Capitólio. A paralisação dos trabalhos se tornou uma estratégia comum, replicada pelos patrocinados do engenho Sociedad semanas depois. Em alguns casos, os conflitos versavam sobre o tempo livre. No Natal de 1880, os patrocinados se negaram a trabalhar no engenho Victoria. O feitor havia concedido o dia livre, mas recuou devido aos trabalhos pendentes. Como os trabalhadores se recusavam a sair do barracão, a guarda civil e a polícia intervieram no engenho. A maioria cedeu diante dos oficiais, mas Tranquilino os confrontou insistindo que tinham o direito de não trabalhar no Natal. A ousadia custou caro. Enquanto os trabalhadores retornaram ao campo, Tranquilino e Lúcio foram punidos com dez dias no tronco, segundo o artigo 28 do *Reglamento*.<sup>38</sup>

37 "Comunicación...Ingenio Ojo de Agua." 7 a 13/4/1880. (n. 25). "Comunicaciones...Ingenio Cantabria" 6 a 7/5/1880. (n. 26). "Telegrama...Ingenio España" 17/7/1880. (n. 26a). "Comunicación...Ingenio Diamante." 5 a 7/8/1880. Fondo GP. Legajo 11. AHPM.

38 "Comunicación...Ingenio Caridad" 27/8 a 7/10/1880. (n. 28). "Comunicaciones...Ingenio Capitolio." 28/12/1880. (n. 29a). "Comunicaciones...Ingenio Sociedad." 13 a 20/1/1881. (n. 30). "Comunicaciones...Ingenio Victoria."

Durante os derradeiros meses do ano de 1880, a Guerra Chiquita chegou ao fim. O exército espanhol prevaleceu novamente, mas os veteranos seguiram conspirando pela independência da ilha. Em dezembro de 1880, as autoridades espanholas desbarataram uma conspiração liderada por homens livres de cor em Santiago de Cuba, submetendo centenas a julgamento e a penas de deportação, como demonstrou o estudo de Iacy Maia Mata. Enquanto isso, os patrocinados travaram uma das lutas mais sangrentas na história recente de Matanzas. Na noite de 8 de março de 1881, mais de 100 patrocinados se insurgiram no engenho Santa Ana de Pichardo. Os rebeldes arrombaram o barracão e atacaram a casa do administrador e dos operários brancos, deixando dois feridos. Durante o confronto, um patrocinado morreu e outros dois ficaram feridos. Acusados pelo delito de desordem pública, eles foram submetidos à justiça militar. O Conselho de Guerra sentenciou cada um dos réus à pena de dois meses e um dia de prisão e de supressão de seus direitos políticos, além de uma multa, conforme os artigos 267, 49, 82, 60 do Código Penal de 1879. Após a revolta, o Capitão-General de Cuba enviou um ofício em caráter reservado ao governador de Matanzas, indagando as causas da frequência de desordens nos engenhos da província. Em sua resposta, datada de 7 de abril, o governador não ofereceu maiores detalhes, mas comunicou que as Juntas de Patronato aplicariam com rigor as disposições Lei e do *Reglamento del Patronato*, fazendo entender aos patrocinados que, quando tivessem motivos para queixas, expusessem-nas pacificamente.<sup>39</sup>

A onda de resistência arrefeceu a partir de maio de 1881, quando os patrocinados se recusaram a trabalhar e feriram o boieiro Francisco Hernandez, que buscava dissuadi-los no engenho Valiente. Foi o último episódio de rebeldia de uma série iniciada em 1879. A partir de então, houve apenas quatro registros de insubordinação nos engenhos de Matanzas até a extinção do patronato. Em março de 1882, três patrocinados se apresentaram ao administrador do engenho San Ignacio Ibarra para solicitar a demissão do feitor devido a sua残酷. Eles foram presos e julgados por falsa acusação, insubordinação e motim. Os demais casos decorreram de conflitos laborais. Em julho de 1882, os patrocinados desobedeceram às ordens do feitor e se recusaram a trabalhar em um domingo no engenho Nena, e foram reprimidos pela guarda civil. Em outros casos, foi a questão salarial que acirrou os ânimos, como no ocorrido no engenho Mercedes em agosto de 1884. Os patrocinados contestaram a dedução de dias não trabalhados, se recusaram a receber o soldo e ofenderam o proprietário. Uma força militar foi mobilizada e prendeu os líderes. A resistência passiva pela via da paralisação dos trabalhos se tornou a principal forma de mobilização e protesto dos patrocinados, como no último caso registrado nas fontes de

25 a 27/12/1880. (n. 29). Fondo GP. Legajo 11. AHPM.

39 "Expediente...Ingenio Santa Ana de Pichardo." 8/3/1881 a 12/1/1889. (n. 31). "Comunicación al Presidente de la Junta Provincial de Patronato sobre oficio del Capitán General sobre la frecuencia con que han estado ocurrido desordenes en las dotaciones de algunos ingenios de la provincia.". 7/4/1881. (n. 32) Fondo GP. Legajo 11. AHPM.

Matanzas, ocorrido no engenho Angelita em novembro de 1885. Menos de um ano depois, os últimos patrocinados conquistaram enfim a sua liberdade.<sup>40</sup>

A Lei do Patronato previra a abolição definitiva para o ano de 1888. Entretanto, a resistência dos patrocinados acelerou a desagregação do regime, que foi extinto oficialmente no dia 7 de outubro de 1886. Durante as décadas anteriores, os escravizados e patrocinados expandiram seus repertórios de resistência, mobilizando as normas costumeiras das fazendas e as Leis Moret e do Patronato em seu favor, confrontando seus escravizadores e patronos e recorrendo às instituições públicas para defender os seus direitos. Antes mesmo de se tornarem livres, esses homens e mulheres constituíram novas estratégias como paralisações das atividades e protestos por direitos e melhores condições laborais que serviriam às lutas dos trabalhadores do campo no pós-abolição. Como logo souberam, o fim do patronato não lhes assegurou uma liberdade substantiva e tampouco o usufruto da cidadania. O cativeiro chegara ao fim, mas ainda havia outros grilhões por romper.

#### IV. Considerações finais

ENQUANTO A ESCRAVIDÃO imperou em Cuba, houve resistência. Mas ela nem sempre foi a mesma. Ao investigar os registros sobre a insubordinação dos escravizados em Matanzas, esta pesquisa identificou padrões diferentes ao longo do tempo. Em diálogo com a historiografia, foi possível identificar três períodos distintos da resistência escrava em Matanzas, sobrepostos pelas temporalidades mais amplas da resistência negra, incluindo homens livres de cor, em Cuba. Entre as décadas de 1790 e 1810, prevaleceram movimentos insurgentes em Havana e Santiago de Cuba, liderados por homens livres de cor e inspirados nas ideologias da Era das Revoluções. A partir dos anos 1820, os Lucumis, Carabalís e Gangás instituíram um novo tempo e espaço da resistência escrava, transformando as paisagens de Matanzas em uma extensão dos campos de batalha da África Ocidental. Entre 1825 e 1844, houve dezenas de conspirações e revoltas africanas nos engenhos de açúcar e fazendas de café, além dos assassinatos de feitores e administradores e das fugas e suicídios em massa. Essa geração do cativeiro se valeu de repertórios culturais de suas sociedades de origem, com destaque para as crenças religiosas e o militarismo, para resistir de forma sistêmica contra os seus escravizadores. A repressão à Conspiração de La Escalera marcou o fim dessa era de rebeldia africana em Matanzas e da luta dos homens livres de cor em Cuba.

A partir de então, o número de revoltas caiu abruptamente em toda a ilha. Entre 1845 e 1867, houve apenas rumores de conspirações, fugas esporádicas e o assassinato

40 “Comunicaciones...Ingenio Valiente.” 10 a 11/5/1881. (n. 33). “Comunicación...Ingenio San Ignacio de Ibarra” 20/2 a 31/3/1882. (n. 34). “Comunicación...Ingenio Nena” 12/6/1882. (n. 34a). “Comunicación...Ingenio Mercedes” 9/8/1884. (n. 35). “Borrador de comunicación...Ingenio Angelita.” 28/11/1885. (n. 36). Fondo GP. Legajo 11. AHPM.

de um feitor em Matanzas. O terrorismo de Estado e a militarização das *plantations* foram fundamentais para essa mudança, mas as transformações normativas e culturais também cumpriram seu papel. As primeiras décadas de conflitos e negociações forjaram um conjunto de normas costumeiras que constituíram uma economia moral da escravidão nos engenhos, cujos princípios foram reforçados pelas disposições do *Reglamento de Esclavos* de 1842. Esses aparatos normativos contribuíram para o declínio das revoltas e a prevalência de soluções negociadas para os conflitos nas propriedades rurais, ou mediadas por instituições estatais não repressivas. Esse período de relativa estabilidade ruiu a partir da abolição nos Estados Unidos, da Revolução Gloriosa na Espanha e, principalmente, do início da Guerra dos Dez Anos em Cuba.

A década de 1860 marcou o início de uma nova era da resistência negra na ilha. Homens livres de cor e escravizados conspiraram contra o cativeiro e o domínio espanhol em El Cobre, e muitos se alistaram junto às forças rebeldes no Oriente. O início da Guerra dos Dez Anos coincidiu com um novo ciclo de resistência escrava em Matanzas, que se estenderia até a extinção do regime do patronato. Entre 1868 e 1886, as autoridades da província registraram ao menos 41 casos de insubordinação, e cerca de metade envolveu ataques individuais ou rebeliões coletivas contra operários brancos, feitores e administradores. A análise qualitativa dos casos revelou que foram predominantemente afro-cubanos, nascidos no cativeiro na ilha, que conduziram essa onda de protestos e revoltas. Muitos deles foram vítimas do tráfico interno de escravizados, intensificado após a abolição do contrabando em 1867. Esse fluxo de trabalhadores escravizados provindos de Havana e do Oriente contribuiu para a politização das comunidades das senzalas de Matanzas, em sintonia com as lutas travadas em outros recantos da ilha. Diferentemente dos antecessores africanos, essa nova geração do cativeiro instituiu outros repertórios de resistência, mobilizando as normas costumeiras das fazendas e a legislação colonial espanhola para reivindicar os seus direitos. Em ao menos cinco dos 41 casos registrados, os escravizados ou patrocinados abandonaram as propriedades rurais e se apresentaram às autoridades públicas de Matanzas para denunciarem seus escravizadores e requererem a intervenção do Estado em seu favor. Um outro detalhe chama a atenção. A despeito da violência dos episódios, não houve um único registro de morte de brancos. Esse padrão destoa das rebeliões sangrentas dos anos 1820 e 1840, quando africanos declararam guerra aos brancos e sofreram repressões brutais. Seus sucessores afro-cubanos instauraram uma luta por direitos mobilizando normas costumeiras e do direito hispano-cubano, cientes de que a violência extrema poderia ser contraproducente e encorajar o rigor das forças de repressão.

**Tabela 1 – Registros de insubordinação da província de Matanzas entre 1845 e 1886**

Período	Resistência Passiva: Paralisações/Queixas	Ataques a Feitores/ Administradores	Contestação dos Castigos/Barracão	Revoltas, Motins e Sublevações	Insubordinação e Desobediência	Total
1851-1867	0	1	0	0	3	4
1868-1878	1	1	3	0	4	9
1879-1881	7	6	4	6	5	28
1882-1885	4	0	0	0	0	4
Total	12	8	7	6	11	45

Dados coletados nas comunicações do Fondo Gobierno Provincial, Legajo 11 (Sublevaciones), referentes ao período entre 1851 e 1889. Archivo Histórico Provincial de Matanzas.

Essa onda de resistência nos engenhos de Matanzas permite reavaliar o papel dos sujeitos escravizados no processo de emancipação gradual em Cuba. Os casos ocorridos entre 1868 e 1886 podem ser divididos e interpretados em três períodos distintos. Durante a Guerra dos Dez anos, entre 1868 e 1878, houve nove registros de insubordinação. Apenas dois casos ocorreram antes da promulgação da Lei Moret em julho de 1870. Esse dado sugere que, diferentemente das ações dos escravizados e libertos insurgentes do Oriente, a resistência dos escravizados de Matanzas teve pouca influência sobre a decisão dos estadistas e parlamentares espanhóis que redigiram e aprovaram a lei. Por sua vez, a análise dos sete episódios ocorridos entre agosto de 1870 e o final de 1878 demonstra que os escravizados aos poucos incorporaram os dispositivos da Lei Moret em seus repertórios de resistência. Contudo, a legislação emancipacionista não provocou um movimento sistemático de rebeldia nos engenhos de Matanzas nos anos seguintes.

Esse quadro se alterou a partir do ano-chave de 1879. No breve intervalo entre fevereiro de 1879 e maio de 1881, os registros de insubordinação saltaram para 28. Nesses pouco mais de dois anos, houve três vezes mais conflitos nos engenhos de Matanzas do que durante toda a Guerra dos Dez Anos. Além disso, o período concentrou a maioria absoluta das revoltas (6 de 6) e ataques a administradores e feitores (6 de 8) ocorridos entre as décadas de 1870 e 1880. A escalada coincidiu com a eclosão da Guerra Chiquita e implementação do Patronato. Dos 28 casos, cinco ocorreram antes do início da guerra em agosto de 1879 e 18 antes da promulgação da Lei do Patronato em fevereiro de 1880. A maioria das revoltas (4 de 6) e ataques contra feitores e administradores (5 de 6) também se concentraram nesse período. Assim, o início da Guerra Chiquita pode ter encorajado a escalada da rebeldia em Matanzas, mas é igualmente possível que os escravizados tenham se radicalizado independentemente das notícias do Oriente. Por outro lado, os dados e a análise qualitativa dos casos reforçam a hipótese defendida neste artigo sobre o papel da resistência escrava na promulgação da Lei do Patronato. A população escravizada de Matanzas foi responsável por instabilizar as relações de

trabalho nos engenhos de açúcar durante o ano de 1879, contribuindo para convencer os fazendeiros hispano-cubanos e os parlamentares espanhóis da necessidade da transição para o regime do Patronato.

**Tabela 2 – Registros de insubordinação da província de Matanzas entre 1868 e 1886, com destaque para os períodos que antecedem e sucedem a Lei Moret e a Lei do Patronato**

Período	Resistência Passiva: Paralisações/Queixas	Ataques a Feitores/ Administradores	Contestação dos Castigos/Barracão	Revoltas, Motins e Sublevações	Insubordinação e Desobediência	Total
1868-07/1870	1	0	1	0	0	2
08/1870-1878	0	1	2	0	4	7
1879-02/1880	2	5	3	4	4	18
03/1880-1881	5	1	1	2	1	10
1882-1885	4	0	0	0	0	4
Total	12	7	7	6	9	41

Dados coletados nas comunicações do Fondo Gobierno Provincial, Legajo 11 (Sublevaciones), referentes ao período entre 1851 e 1889. Archivo Histórico Provincial de Matanzas.

Por sua vez, a análise do período subsequente revela que a resistência dos trabalhadores não arrefeceu imediatamente com implementação do patronato. Entre março de 1880 e maio de 1881, foram registrados dez casos de insubordinação, incluindo duas revoltas e um ataque a um empregado branco. Os patrocinados passaram a recorrer com maior frequência a estratégias de resistência passiva, como a paralisação dos trabalhos, que caracterizaram nove dos 14 registros de insubordinação entre março de 1880 e novembro de 1885. A partir do ano de 1882, houve apenas quatro casos de insubordinação registrados como resistência passiva, em que os patrocinados defenderam o direito a salários justos e descanso em domingos e feriados. Durante esses anos de transição, os patrocinados incorporaram os dispositivos estabelecidos na Lei e no *Reglamento del Patronato* para reivindicar melhores condições de trabalho. Desse modo, ao realizarem paralisações e protestos por melhores condições de trabalho nos engenhos, eles foram precursores da luta por direitos dos trabalhadores rurais em Cuba.

Por fim, a experiência de Matanzas deve ser inserida na temporalidade da resistência negra em Cuba no final do longo século XIX. Enquanto escravizados e patrocinados se insurgiram nos engenhos do ocidente, seus irmãos do Oriente também enfrentaram seus escravizadores e patronos e instabilizaram a economia e a ordem escravista. Muitos se alistaram nos exércitos rebeldes durante a Guerra dos Dez Anos e a Guerra Chiquita, e seguiram resistindo contra a escravidão e o colonialismo nos anos seguintes. Durante os conflitos, a Espanha reforçou as ideologias raciais e políticas discriminatórias implementadas desde o início do século, definindo o conflito como uma guerra racial e comparando os rebeldes aos revolucionários do Haiti. O discurso do medo visava a

lealdade dos colonos brancos, mas contribuiu para que homens negros e mestiços, livres e escravizados construíssem uma identidade em comum, como membros da classe ou raça de cor. Nesse sentido, a luta pela abolição e pela independência foi em grande parte negra em Cuba. Historiadores argumentam que o regime anticonstitucional impediu a formação de um movimento abolicionista na ilha. De fato, as condições políticas impostas pela Espanha inviabilizaram a esfera pública e o ativismo nos moldes do abolicionismo britânico. Por outro lado, não se pode ignorar o radicalismo da luta de homens livres de cor como Antonio Maceo e dos próprios escravizados pelo fim do cativeiro. Abdicando-se do paradigma do movimento social branco de matriz liberal, é possível concluir que Cuba sediou, ao lado do Haiti, uma das experiências mais radicais do abolicionismo negro nas Américas.<sup>41</sup>

A emancipação gradual foi uma política professada de cima para baixo pelas autoridades espanholas e hispano-cubanas, mas a resistência negra reforçou a necessidade da abolição e acelerou o ritmo do gradualismo. Com o fim da escravidão, em 1886, muitos libertos cerraram fileiras com veteranos negros como Maceo para combater pela independência de Cuba, conquistada enfim em 1898. Em contraste com as ideologias supremacistas espanholas, o nacionalismo cubano se fundou no discurso da fraternidade entre as raças. A promulgação da Constituição de 1901 reforçou esse pressuposto ao instituir o sufrágio universal masculino, estendendo a cidadania aos afro-cubanos. A ideologia oficial tinha seus limites. Em 1908, um grupo de veteranos e ativistas fundou o Partido Independiente de Color, o primeiro partido negro das Américas, mas a oposição os acusou de racistas por violarem a igualdade entre negros e brancos. O Estado colocou o partido na ilegalidade e os membros que protestaram foram vítimas de uma repressão brutal promovida pelo exército no Oriente em 1912. O massacre racial pôs fim ao ciclo da resistência negra inaugurado na década de 1860, até que uma nova geração de ativistas floresceu décadas depois. Esse capítulo da história Afro-Cubana contou com a participação crucial dos escravizados, patrocinados e libertos de Matanzas, que deixaram o seu legado e a sua marca na luta pela liberdade e pela igualdade racial Cuba.<sup>42</sup>

Recebido: 31/07/2024

Aprovado: 05/11/2024

41 Sobre o antiescravismo e o abolicionismo no Império Espanhol, ver: SCHMIDT-NOWARA, op. cit. Sobre a identidade racial e o protagonismo negro nas lutas pela abolição e pela independência em Cuba, ver: FERRER, op. cit., 1999. SCOTT, op. cit. MATA, op. cit. HELG, op. cit., 2014. BALBOA NAVARRO, op. cit., 1998. BALBOA NAVARRO, op. cit., 2000.

42 Sobre a independência de Cuba, ver: FERRER, op. cit., 1999. Sobre a questão racial no pós-abolição, ver: DE LA FUENTE, Alejandro. **A Nation for All: Race, Inequality, and Politics in Twentieth Century Cuba**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011. Sobre o Partido Independiente de Color e o Massacre Racial de 1912, ver: HELG, Aline. **Our Rightful Share. The AfroCuban Struggle for Equality, 1886-1912**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1995.